

## POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EPT: DESAFIOS À INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

CURRICULAR POLICIES AND SPECIAL EDUCATION IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (VTE): CHALLENGES TO INCLUSION, RETENTION, AND SUCCESS

POLÍTICAS CURRICULARES Y EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EPT): DESAFÍOS PARA LA INCLUSIÓN, PERMANENCIA Y ÉXITO

Ana Julia Santos Calixto<sup>1</sup>

1

**RESUMO:** As transformações promovidas pelas políticas curriculares brasileiras nas últimas décadas têm produzido repercussões significativas na organização do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente após a implementação da Base Nacional Comum Curricular e das reformas decorrentes da Lei nº 13.415/2017 e de seus desdobramentos posteriores. Nesse cenário, torna-se necessário problematizar como tais mudanças repercutem sobre o direito à educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, considerando que a inclusão educacional não se restringe ao acesso à instituição escolar, mas envolve condições efetivas de participação, aprendizagem, permanência e êxito. Este artigo tem como objetivo analisar as implicações das políticas curriculares contemporâneas para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as relações entre flexibilização curricular, práticas pedagógicas, formação integral e garantia do direito à educação. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida mediante levantamento e análise de produções científicas e documentos relacionados à Reforma do Ensino Médio, à BNCC, à Educação Profissional e Tecnológica e à Educação Especial na perspectiva inclusiva. A análise da literatura evidencia tensões entre a flexibilização curricular e a perspectiva de formação humana integral historicamente defendida no campo da EPT, além de desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade curricular, às práticas pedagógicas e às condições institucionais de permanência dos estudantes com deficiência. Conclui-se que a efetivação da inclusão na EPT exige políticas curriculares articuladas às políticas de Educação Especial, de modo que acesso, participação, aprendizagem, permanência e êxito constituam dimensões indissociáveis do direito à educação.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação Profissional e Tecnológica. Políticas Curriculares. Inclusão Educacional.

<sup>1</sup> Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). FIPEMIG. Professora.

**ABSTRACT:** The transformations promoted by Brazilian curricular policies in recent decades have produced significant repercussions on the organization of Secondary Education and Vocational and Technological Education (VTE), especially after the implementation of the National Common Curricular Base and the reforms resulting from Law No. 13,415/2017 and its subsequent developments. In this context, it is necessary to problematize how these changes affect the right to education of students who are the target audience of Special Education, considering that educational inclusion is not restricted to access to the educational institution, but involves effective conditions for participation, learning, permanence and successful completion. This article aims to analyze the implications of contemporary curricular policies for the inclusion of students with disabilities in Vocational and Technological Education, considering the relationships among curricular flexibility, pedagogical practices, comprehensive education and the guarantee of the right to education. Methodologically, the study is characterized as qualitative bibliographic research, developed through the survey and analysis of scientific productions and documents related to the Secondary Education Reform, the BNCC, Vocational and Technological Education and Special Education from an inclusive perspective. The literature analysis reveals tensions between curricular flexibility and the perspective of comprehensive human formation historically defended in the field of VTE, as well as challenges related to teacher education, curricular accessibility, pedagogical practices and institutional conditions for the permanence of students with disabilities. It is concluded that effective inclusion in VTE requires curricular policies articulated with Special Education policies, so that access, participation, learning, permanence and successful completion constitute inseparable dimensions of the right to education.

**Keywords:** Special Education. Vocational and Technological Education. Curricular Policies. Educational Inclusion.

**RESUMEN:** Las transformaciones promovidas por las políticas curriculares brasileñas en las últimas décadas han producido repercusiones significativas en la organización de la Educación Secundaria y de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), especialmente después de la implementación de la Base Nacional Común Curricular y de las reformas derivadas de la Ley n.º 13.415/2017 y de sus posteriores desdoblamientos. En este contexto, resulta necesario problematizar cómo tales cambios repercuten en el derecho a la educación de los estudiantes público objetivo de la Educación Especial, considerando que la inclusión educativa no se restringe al acceso a la institución escolar, sino que implica condiciones efectivas de participación, aprendizaje, permanencia y éxito. Este artículo tiene como objetivo analizar las implicaciones de las políticas curriculares contemporáneas para la inclusión de estudiantes con discapacidad en la Educación Profesional y Tecnológica, considerando las relaciones entre flexibilización curricular, prácticas pedagógicas, formación integral y garantía del derecho a la educación. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación cualitativa, de naturaleza bibliográfica, desarrollada mediante el levantamiento y análisis de producciones científicas y documentos relacionados con la Reforma de la Educación Secundaria, la BNCC, la Educación Profesional y Tecnológica y la Educación Especial desde una perspectiva inclusiva. El análisis de la literatura evidencia tensiones entre la flexibilización curricular y la perspectiva de formación humana integral históricamente defendida en el campo de la EPT, además de desafíos relacionados con la formación docente, la accesibilidad curricular, las prácticas pedagógicas y las condiciones institucionales de permanencia de los estudiantes con discapacidad. Se concluye que la efectivización de la inclusión en la EPT exige políticas curriculares articuladas con las políticas de Educación Especial, de modo que el acceso, la participación, el aprendizaje, la permanencia y el éxito constituyan dimensiones indisolubles del derecho a la educación.

**Palabras clave:** Educación Especial. Educación Profesional y Tecnológica. Políticas Curriculares. Inclusión Educativa.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido marcada, nas últimas décadas, por um conjunto de reformas que incidem diretamente sobre a organização dos currículos, sobre as finalidades atribuídas à escola e sobre as concepções de formação destinadas aos jovens. No âmbito do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essas transformações adquiriram maior intensidade a partir da aprovação da Lei nº 13.415/2017, da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das alterações posteriores realizadas na organização dessa etapa da Educação Básica.

As mudanças introduzidas nesse cenário ultrapassam questões relacionadas à distribuição de componentes curriculares ou à carga horária. Elas colocam em discussão concepções de formação, trabalho, conhecimento, juventude e currículo, repercutindo diretamente sobre a Educação Profissional e Tecnológica. Estudos sobre a temática têm apontado tensões entre a reorganização curricular promovida pelas reformas recentes e a concepção de formação humana integral historicamente construída no campo da EPT.

A formação humana integral constitui uma perspectiva particularmente importante para compreender a função social da Educação Profissional e Tecnológica. Nessa concepção, a formação profissional não deve limitar-se à preparação imediata do indivíduo para ocupar determinado posto de trabalho. Ao contrário, pressupõe uma educação capaz de articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura, proporcionando ao estudante condições para compreender criticamente a realidade e participar da vida social.

As transformações curriculares recentes, entretanto, suscitam questionamentos quanto às possibilidades de preservação dessa concepção formativa. A flexibilização dos currículos e as mudanças na articulação entre formação geral e formação profissional podem repercutir de maneiras distintas sobre os estudantes, especialmente aqueles que historicamente enfrentam barreiras no acesso e na permanência nos sistemas educacionais.

Nesse contexto encontram-se os estudantes público-alvo da Educação Especial. A ampliação das políticas educacionais inclusivas contribuiu para aumentar sua presença nas diferentes etapas e modalidades da educação brasileira, tornando cada vez mais necessária a discussão sobre as condições oferecidas pelas instituições para assegurar não apenas matrícula, mas participação, aprendizagem, permanência e conclusão dos percursos formativos.

A questão torna-se especialmente relevante na Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que essa modalidade apresenta características curriculares e pedagógicas próprias,

incluindo componentes teóricos e práticos, atividades laboratoriais, formação profissional, estágios e utilização de diferentes tecnologias. A inclusão dos estudantes com deficiência nesse contexto demanda, portanto, ações que ultrapassem a garantia formal de acesso.

As políticas contemporâneas de Educação Especial reforçam justamente a necessidade de identificação e eliminação de barreiras que impeçam acesso, permanência, aprendizagem e participação das pessoas com deficiência também na Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, pensar a Educação Especial no contexto da EPT significa compreender a inclusão como um processo que envolve diferentes dimensões: políticas institucionais, acessibilidade, currículo, formação docente, práticas pedagógicas, avaliação, recursos de tecnologia assistiva, Atendimento Educacional Especializado e acompanhamento da trajetória acadêmica.

A literatura sobre permanência e êxito na EPT também evidencia que a continuidade dos estudantes não depende exclusivamente de características individuais, estando relacionada às condições institucionais e pedagógicas oferecidas durante o percurso formativo. A formação continuada dos docentes constitui, nesse cenário, uma das dimensões relevantes para a construção de estratégias capazes de favorecer a permanência e o êxito.

Quando essa discussão é direcionada aos estudantes com deficiência, emerge uma questão adicional: em que medida as políticas de flexibilização curricular contribuem para uma educação efetivamente inclusiva e em que medida podem aprofundar desigualdades no acesso ao conhecimento?

A pergunta é especialmente pertinente porque flexibilizar práticas, estratégias e recursos para garantir acessibilidade não significa necessariamente reduzir as oportunidades de aprendizagem. Uma política inclusiva precisa conciliar o reconhecimento das especificidades dos estudantes com a garantia de acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e a uma formação profissional socialmente referenciada.

Diante desse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais implicações das políticas curriculares contemporâneas para a inclusão, permanência e êxito de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica são evidenciadas pela produção acadêmica?

O objetivo geral consiste em analisar as implicações das políticas curriculares contemporâneas, especialmente das transformações relacionadas à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, para a inclusão, permanência e êxito de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica.

Especificamente, busca-se compreender as repercussões das reformas curriculares sobre a concepção de formação humana integral na EPT; discutir os fundamentos do direito à educação das pessoas com deficiência; identificar desafios relacionados às práticas pedagógicas, à formação docente e às condições institucionais de permanência; e problematizar as relações entre flexibilização curricular, acessibilidade e garantia do direito ao conhecimento.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica. A pesquisa bibliográfica possibilita identificar, organizar e analisar conhecimentos já produzidos sobre determinada temática, permitindo estabelecer aproximações, divergências, lacunas e tendências presentes na produção científica.

Diferentemente de uma apresentação meramente descritiva dos estudos encontrados, a revisão desenvolvida neste artigo assume perspectiva analítico-interpretativa. Busca-se estabelecer interlocução entre produções relacionadas às políticas curriculares, à Educação Profissional e Tecnológica e à Educação Especial, tomando como eixo articulador o direito dos estudantes com deficiência à formação integral.

A definição desse percurso metodológico decorre da própria natureza do problema investigado, que exige aproximar campos que nem sempre aparecem conjuntamente na literatura: Reforma do Ensino Médio e BNCC; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Especial e inclusão; permanência e êxito; currículo e formação humana integral.

Para composição do referencial bibliográfico, podem ser consideradas produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico, priorizando artigos científicos, livros, capítulos, dissertações e teses que apresentem relação direta com o objeto investigado.

Recomenda-se delimitar a busca principal entre 2017 e 2026, considerando 2017 como marco da aprovação da Lei nº 13.415/2017. Entretanto, trabalhos anteriores podem integrar a fundamentação quando considerados clássicos ou indispensáveis para a compreensão das categorias de formação integral, trabalho e educação, currículo e Educação Especial.

Os descritores podem compreender combinações dos termos: “Educação Profissional e Tecnológica”; “Educação Especial”; “estudantes com deficiência”; “Reforma do Ensino Médio”; “BNCC”; “inclusão”; “permanência e êxito”; “currículo”; e “formação humana integral”.

Como critérios de inclusão, devem ser consideradas produções que abordem diretamente pelo menos uma das relações centrais estabelecidas neste artigo: reformas curriculares e EPT;

Educação Especial e EPT; permanência e êxito; inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional; currículo e formação integral.

Como critérios de exclusão, podem ser retiradas produções duplicadas, trabalhos que utilizem os descritores apenas de maneira periférica e estudos que não apresentem relação efetiva com o objeto investigado.

Após o levantamento, a análise poderá ser organizada em quatro categorias: a) reformas curriculares e reconfiguração da EPT; b) Educação Especial e direito à educação; c) inclusão, permanência e êxito na EPT; e d) flexibilização curricular e formação humana integral.

Essa organização permitirá compreender não somente o que a literatura afirma individualmente sobre cada temática, mas principalmente as tensões produzidas em suas interfaces.

### **3 BNCC, REFORMA DO ENSINO MÉDIO E RECONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A relação entre Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil é historicamente marcada por disputas acerca das finalidades da educação destinada aos jovens. Em diferentes momentos da história educacional brasileira, consolidou-se uma divisão entre uma formação de caráter geral, tradicionalmente relacionada à continuidade dos estudos, e uma formação profissional direcionada à inserção no mundo do trabalho.

Essa separação expressa aquilo que diferentes pesquisadores do campo Trabalho e Educação identificam como dualidade estrutural da educação brasileira. Enquanto determinados grupos sociais tiveram maior acesso aos conhecimentos científicos e culturais sistematizados, outros foram historicamente direcionados a percursos educacionais vinculados à preparação imediata para o trabalho.

Nesse contexto, a perspectiva de Ensino Médio Integrado construída no campo da Educação Profissional e Tecnológica representa uma tentativa de superação dessa fragmentação. A proposta de formação integral busca compreender o trabalho como dimensão constitutiva da existência humana e articular conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e profissionais.

A Lei nº 13.415/2017 introduziu mudanças significativas nessa organização. Entre seus elementos centrais esteve a reorganização curricular do Ensino Médio e a instituição dos itinerários formativos, incluindo a formação técnica e profissional.

Piolli e Sala (2021) observam que as alterações introduzidas pela reforma alcançaram também as diretrizes relacionadas à Educação Profissional, produzindo repercussões sobre sua organização curricular e sobre a relação entre formação básica e profissional.

Sampaio (2023), ao analisar as implicações da reforma para a EPT brasileira, chama atenção para seus efeitos sobre estruturação, organização e finalidade da educação profissional, inserindo essas transformações em um movimento mais amplo de reorganização da política educacional.

As discussões não se encerraram com a Lei nº 13.415/2017. As mudanças posteriores na política do Ensino Médio demonstram que esse campo permanece em processo de disputa e redefinição, tornando necessário analisar as reformas não como acontecimentos isolados, mas como parte de um processo de reconfiguração das políticas curriculares brasileiras.

Estudos recentes continuam apontando tensões entre a Reforma do Ensino Médio e a perspectiva de formação humana integral. Lima e Barros (2025), por exemplo, discutem como determinadas características da reforma podem estabelecer obstáculos à consolidação do currículo integrado e aprofundar desigualdades educacionais.

Esse debate adquire novas dimensões quando articulado à Educação Especial. Se a fragmentação curricular já representa uma questão importante para a garantia da formação integral dos estudantes de maneira geral, seus efeitos precisam ser analisados considerando aqueles que encontram barreiras adicionais no percurso escolar.

#### 4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO NA EPT

O reconhecimento da educação como direito de todos constitui fundamento indispensável para a compreensão da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu um conjunto de dispositivos legais e políticas direcionadas à ampliação da participação das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino.

A perspectiva inclusiva rompe, ao menos normativamente, com uma concepção segundo a qual as dificuldades de escolarização seriam explicadas exclusivamente pelas características individuais do estudante. O debate passa a considerar também as barreiras existentes no ambiente, no currículo, nas metodologias, na comunicação, nas tecnologias e nas próprias atitudes construídas socialmente.

Essa compreensão é particularmente importante para a EPT. A matrícula de estudantes com deficiência em cursos profissionais não representa, por si mesma, a concretização da inclusão.

É necessário perguntar: esses estudantes conseguem permanecer? Participam efetivamente das atividades? Têm acesso aos conteúdos teóricos e práticos? Encontram recursos de acessibilidade? Conseguem realizar atividades laboratoriais e estágios? Concluem seus cursos?

Essas questões deslocam a discussão do acesso para o direito à aprendizagem e à formação.

A produção recente já começa a aproximar diretamente esse problema das reformas curriculares. Almeida e Melo (2025), ao investigarem BNCC, Reforma do Ensino Médio e estudantes com deficiência no contexto da EPT, discutem justamente os impactos dessas transformações sobre o direito de aprender.

A importância dessa perspectiva está em compreender que inclusão não significa apenas presença física do estudante na instituição. A escolarização inclusiva pressupõe condições para que ele participe do processo educativo e tenha acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, acessibilidade arquitetônica, embora indispensável, constitui apenas uma dimensão da inclusão. Também são necessárias acessibilidade comunicacional, instrumental, tecnológica, metodológica e curricular.

A atual política nacional voltada à Educação Especial Inclusiva também explicita a necessidade de eliminar barreiras que restrinjam ou impeçam acesso, permanência, aprendizagem e participação na Educação Profissional e Tecnológica.

A questão central deixa, portanto, de ser apenas como permitir que o estudante com deficiência ingresse na EPT e passa a envolver como assegurar que ele tenha acesso à formação profissional e humana em condições de equidade.

## 5 INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INSTITUCIONAIS

O ingresso representa apenas a primeira etapa do processo de democratização da educação. A expansão do acesso precisa estar associada à criação de condições que permitam ao estudante permanecer, aprender e concluir sua formação.

No campo da EPT, permanência e êxito constituem questões complexas e multidimensionais. Condições socioeconômicas, trajetórias escolares anteriores, dificuldades de aprendizagem, organização curricular, relações interpessoais, práticas pedagógicas e políticas de assistência estudantil podem interferir na continuidade do estudante.

Silveira, Gonçalves e Maraschin (2017) destacam a complexidade que envolve permanência e êxito na Educação Profissional e Tecnológica e ressaltam a importância da formação continuada dos professores nesse processo.

Quando se consideram estudantes com deficiência, outras barreiras podem somar-se às dificuldades presentes no percurso acadêmico. A inexistência de materiais acessíveis, práticas avaliativas pouco flexíveis, barreiras comunicacionais, ausência de recursos tecnológicos e insuficiente formação docente podem transformar diferenças individuais em situações concretas de exclusão.

A formação docente assume, portanto, papel estratégico. O professor da EPT frequentemente possui formação específica em determinada área técnica ou tecnológica, mas nem sempre teve, em seu percurso formativo, oportunidades sistemáticas de estudar Educação Especial e práticas pedagógicas inclusivas.

Isso não significa atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pela inclusão. Pelo contrário, uma das questões que precisam ser enfrentadas é justamente a tendência de individualizar responsabilidades que deveriam ser institucionais.

A inclusão requer articulação entre professores, gestão, equipes pedagógicas, profissionais especializados, setores de assistência estudantil e núcleos de acessibilidade. Requer, ainda, planejamento institucional capaz de antecipar barreiras em vez de agir somente depois que as dificuldades se manifestam.

Nesse sentido, permanência não deve significar simplesmente impedir a evasão. Permanecer precisa estar relacionado a participar, aprender e desenvolver-se durante o percurso formativo.

Da mesma maneira, êxito não pode ser reduzido às taxas de aprovação. Para o estudante com deficiência, êxito envolve a possibilidade de concluir uma formação que preserve sua qualidade acadêmica e profissional e amplie suas possibilidades de participação social e no mundo do trabalho.

## 6 POLÍTICAS CURRICULARES E ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: ENTRE FLEXIBILIZAÇÃO E DIREITO À FORMAÇÃO INTEGRAL

Esta constitui a seção central da discussão proposta neste artigo.

A aproximação entre políticas curriculares e Educação Especial revela uma tensão que merece atenção: qual é o limite entre flexibilizar o currículo para eliminar barreiras e flexibilizá-lo de tal maneira que se restrinja o direito do estudante ao conhecimento?

A primeira forma de flexibilização é indispensável à inclusão. Significa diversificar estratégias, disponibilizar recursos acessíveis, reorganizar tempos e formas de participação e oferecer diferentes possibilidades para que o estudante demonstre aquilo que aprendeu.

A segunda pode produzir um efeito contrário. Quando a deficiência é utilizada como justificativa para diminuir previamente as expectativas de aprendizagem ou retirar determinados conhecimentos do percurso formativo, corre-se o risco de construir uma inclusão formal acompanhada de exclusão curricular.

Essa distinção é particularmente relevante na EPT.

A formação profissional pressupõe desenvolvimento de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos relacionados a determinada área. O desafio da educação inclusiva não deveria consistir em determinar antecipadamente aquilo que o estudante com deficiência não poderá aprender, mas em investigar quais barreiras precisam ser removidas para ampliar suas possibilidades de participação e aprendizagem.

Por isso, adaptação curricular e empobrecimento curricular não podem ser tratados como sinônimos. A formação humana integral oferece uma referência importante para essa discussão. Quando a educação profissional é compreendida para além do treinamento instrumental destinado ao mercado de trabalho, reconhece-se que todo estudante possui direito ao acesso à ciência, à cultura, à tecnologia e aos conhecimentos necessários à compreensão crítica da sociedade.

10

Pesquisas recentes sobre a Reforma do Ensino Médio e a EPT vêm justamente problematizando os riscos de fragmentação dessa formação. Para estudantes com deficiência, essa discussão assume uma dupla dimensão. De um lado, é necessário combater currículos rígidos que desconsiderem diferentes maneiras de aprender e participar. De outro, é necessário evitar que o discurso da flexibilização legitime percursos formativos reduzidos.

Dessa forma, a inclusão exige construir uma concepção de currículo simultaneamente acessível e academicamente comprometido com o direito ao conhecimento. As políticas curriculares e as políticas de Educação Especial precisam, portanto, estabelecer maior diálogo. A inclusão não deveria aparecer como dimensão complementar acrescentada posteriormente ao currículo, mas como princípio considerado desde o planejamento das práticas educacionais.

Isso implica pensar previamente em diferentes possibilidades de participação, representação dos conteúdos, utilização de recursos, comunicação e avaliação. Na EPT, esse planejamento precisa alcançar também laboratórios, atividades práticas, visitas técnicas, projetos integradores, estágios e demais espaços nos quais ocorre a formação profissional.

Consequentemente, a discussão sobre Educação Especial na EPT não pode limitar-se ao atendimento especializado. Embora serviços especializados sejam importantes, a inclusão constitui responsabilidade de toda a instituição e precisa integrar o projeto pedagógico, o currículo e as práticas educativas. A análise da literatura permite, portanto, defender que o principal desafio não está em escolher entre currículo comum e flexibilização, mas em construir formas de flexibilização que garantam acessibilidade sem retirar do estudante o direito à formação integral.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as implicações das políticas curriculares contemporâneas para a inclusão, permanência e êxito de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, considerando especialmente as transformações relacionadas à BNCC e às reformas do Ensino Médio.

A revisão evidencia que as mudanças curriculares ocorridas nos últimos anos não podem ser compreendidas apenas como alterações técnicas na organização dos componentes curriculares. Elas expressam diferentes concepções de educação, currículo, trabalho e formação e, consequentemente, produzem repercussões sobre a organização da EPT.

11

As discussões presentes na literatura apontam tensões entre determinadas orientações das reformas curriculares e a perspectiva de formação humana integral historicamente defendida no campo da Educação Profissional e Tecnológica. A fragmentação dos percursos formativos e a valorização de uma formação excessivamente orientada às demandas imediatas do mercado podem limitar uma concepção mais ampla de educação profissional.

No caso dos estudantes com deficiência, essas tensões se associam a desafios historicamente presentes nos processos de inclusão educacional. Embora a ampliação do acesso represente avanço importante, a matrícula não garante, isoladamente, participação, aprendizagem, permanência e êxito.

As condições de escolarização dependem da eliminação de diferentes barreiras e da existência de políticas institucionais capazes de articular acessibilidade, práticas pedagógicas, formação docente, acompanhamento acadêmico e garantia do direito ao conhecimento.

Um dos principais aspectos identificados pela discussão refere-se à própria compreensão de flexibilização curricular. A flexibilização pode constituir instrumento fundamental de inclusão quando utilizada para eliminar barreiras e ampliar possibilidades de aprendizagem.

Entretanto, pode assumir caráter excludente quando resulta na redução antecipada das expectativas educacionais dirigidas aos estudantes com deficiência.

Defende-se, portanto, que flexibilizar os caminhos para a aprendizagem não deve significar flexibilizar o direito à aprendizagem.

A formação humana integral apresenta-se, nesse contexto, como princípio capaz de aproximar Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica. Se a EPT pretende contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de compreender e transformar sua realidade, essa formação precisa ser assegurada também às pessoas com deficiência.

Conclui-se que inclusão, permanência e êxito devem ser compreendidos como dimensões articuladas. O acesso inicia o processo de inclusão, mas somente a garantia da participação, aprendizagem e conclusão de um percurso formativo socialmente significativo permite falar efetivamente em democratização da Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, identifica-se a necessidade de ampliação das investigações que articulem diretamente políticas curriculares, Educação Especial e EPT, especialmente pesquisas que analisem como as reformas se materializam nas práticas institucionais e quais repercussões produzem nas trajetórias concretas dos estudantes com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Georgia Bulian Souza; MELO, Douglas Christian Ferrari de. A contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC: impactos para o direito de aprender de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no Ifes. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 25, e18143, 2025. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18143>. Disponível em: <https://periodicos-treinamento.ifrn.edu.br/index.php/RBEPT/article/view/18143>. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/bncc>. Acesso em: 16 set. 2026.

LIMA, Daylson Soares de; BARROS, Josias Silvano de. Reforma do Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica: a desconstrução da proposta curricular de formação humana integral. *Revista e-Curriculum*, v. 23, e65923, 2025. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2025v23e65923>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/65923>. Acesso em: 16 set. 2026.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. A reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. *Revista Exitus*, v. 11, n. 1, e020138, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1543>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1543>. Acesso em: 16 set. 2026.

SAMPAIO, Fabrício de Sousa. Implicações da contrarreforma do Ensino Médio na Educação Profissional e Tecnológica brasileira. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, v. 9, n. 30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21920/recei72023930447467>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4887>. Acesso em: 16 set. 2026.

SILVEIRA, Rozieli Bovolini; GONÇALVES, Lizandra Falcão; MARASCHIN, Mariglei Severo. A formação de professores na Educação Profissional e Tecnológica e a complexidade que envolve a permanência e êxito dos estudantes. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 13, p. 81-93, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2017.5712>. Disponível em: <https://periodicos-treinamento.ifrn.edu.br/index.php/RBEPT/article/view/5712>. Acesso em: 16 set. 2026.